



# AEDOS

Revista do corpo discente  
do PPG-História da UFRGS

## Considerações sobre pensamento raciológico do século XIX e início do XX e seus reflexos no Brasil

Joice Anne Carvalho<sup>1</sup>

Renata Baldin Maciel<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo visa expor um panorama geral do pensamento raciológico do século XIX e início do XX trazendo como exemplo as concepções de Manoel Bomfim, intelectual que refutou as teorias raciais de sua época e de alguns eugenistas, em especial Renato Kehl, que reforçou tais percepções<sup>3</sup>. Dessa forma, será realizada uma explanação sobre algumas teorias científicas do século XVIII surgidas na Europa como, por exemplo, o Evolucionismo, consolidado no século XIX e que serviu de base para diversas correntes raciais ressignificadas no Brasil. A partir das problemáticas eugênicas no Brasil também será brevemente analisada a questão de gênero.

**Palavras-chave:** Raça, Intelectuais, Gênero.

**Abstract:** This article aims to expose an overview of raciological thought of the nineteenth and early twentieth bringing as example the views of Manoel Bomfim, intellectual who rejected racial theories of his time and some eugenicists, especially Renato Kehl, which reinforced such perceptions. Thus, an explanation of some scientific theories that emerged in eighteenth-century Europe, for example, Evolutionism, than consolidated in the nineteenth century and served like base ressignified to diverse racial currents be held in Brazil. From the eugenic problem in Brazil will also be briefly analyzed the issue of gender.

**Keywords:** Race, Intellectuals, Gender.

### Introdução

As “diferenças e desigualdades” entre os indivíduos encontraram um momento especialmente favorável com a descoberta do Novo Mundo, ou seja, aquelas concepções de superioridade *versus* inferioridade ou civilização *versus* barbárie, colocadas em práticas nos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, CAPES. Contato: joicec.anne@gmail.com. Artigo recebido em 5 de novembro de 2016.

<sup>2</sup> Doutoranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, CAPES. Contato: renatabmaciel@gmail.com.

<sup>3</sup> Vale destacar que, partindo de concepções pautadas na História Intelectual, tanto a obra de Manoel Bomfim *A América Latina: males de Origem* quanto as *Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia* configuraram-se como fontes de pesquisa utilizadas pelas autoras ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

imperialismos de alguns povos sobre outros e fundamentados em argumentos como, direito natural, dever cristão ou existência de um determinado tipo de história que permitiria alguns povos se intitulem nações consolidadas em contraste com os demais e que estavam sendo utilizados em processos colonizadores tanto na Ásia quanto na África, ganharam força com a descoberta pelos europeus das terras do chamado Novo Mundo.

A partir da concepção de Franklin Baumer (1990) sobre os quatro mundos que constituíram o século XIX, pode-se afirmar que o contexto de eugenia no Brasil constituiu-se com influência destes. Constatam-se elementos do Estado-Nação com base no Romantismo, no Positivismo e no Neoiluminismo, constituindo assim, um discurso evolucionista/darwinista com debate de ciência e tecnologia para fins sociais. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que os acontecimentos do século XVII e XVIII possibilitaram o evolucionismo no XIX. As reformas ocorridas neste período na Europa e nas regiões colonizadas<sup>4</sup> como a África, Ásia e América, possibilitaram o desenvolvimento da ideia de progresso/fluxo. Assim, com um pensamento otimista e racional constitui-se a perspectiva de que se poderia reformar a sociedade a partir da construção do homem. Desta forma, acredita-se que o homem não nasce bom nem mau, podendo ser moldado e melhorado e, cabendo a ele construir tudo, inclusive o próprio homem. Portanto, a partir de ideias científicas como o evolucionismo<sup>5</sup> e o determinismo biológico, a tese da inferioridade do continente americano e de sua população foi ganhando espaço e afirmou-se no meio intelectual europeu a partir do século XIX.

O Evolucionismo pode ser considerado um marco, pois a partir dele tentou-se explicar a diferença associada à modernidade e ao progresso. Essa noção de evolução encontrava-se ligada ao orgânico, ao biológico e tais ideias eram baseadas especialmente na obra *A Origem das Espécies* (1859) de Charles Darwin (1809-1882). Em suma, é importante ressaltar que o movimento intelectual possibilitou o desenvolvimento de novas ciências e perspectivas em relação ao homem, desse modo, a ideia de progresso e evolução foi sendo desenvolvida desde os iluministas do século XVIII até culminar em teorias raciais.

Desse modo, o evolucionismo biológico e o evolucionismo social aproximaram-se e o segundo passou a ser o modelo de explicação das diferenças entre o “eu” e o “outro”. O resultado disso foi a consolidação do etnocentrismo, no qual a sociedade do “eu” é considerada a mais avançada enquanto a do “outro” a mais atrasada. É nesse sentido, que a

---

<sup>4</sup> Como, por exemplo, a reformulação das universidades e expulsão dos jesuítas na América do Sul, para laicizar a educação.

<sup>5</sup> É importante destacar que o imperialismo também teve um papel crucial nesse contexto. Para justificar a colonização de diversos territórios e povos as teorias raciais foram utilizadas em favor de argumentos civilizatórios e expansionistas.

noção de progresso se tornou primordial, pois os homens se encaminhariam para ele no decorrer do tempo, saindo de “estágios primitivos” para “estágios superiores”, em uma trajetória ascendente.

Os intelectuais vinculados a esta corrente de pensamento defendiam uma unidade cultural, enquadrando todos os povos nos mesmos problemas, pois consideravam que os primitivos conquistariam o grau de civilização ao longo do tempo. Sendo assim, pode-se concluir que existem dois extremos no evolucionismo, de um lado encontram-se os povos inferiores ou primitivos e de outro, os superiores ou civilizados. Todavia, vale ressaltar que mesmo marcado pela ideologia da superioridade, o evolucionismo manteve certa relativização na medida em que se propôs a pensar o outro. A partir do julgamento da cultura do “outro” o “etnocentrismo revestiu-se de um caráter ativista e colonizador com os mais diferentes empreendimentos de conquista e destruição dos outros povos” (ROCHA, p.10, 1994).

As ideias do evolucionismo foram rapidamente incorporadas por diversas áreas, ultrapassando os limites da biologia. Entre esses autores pode-se destacar Herbert Spencer com seu livro em *Princípios de Biologia*<sup>6</sup> (1864), no qual o autor transpôs para o homem as leis da natureza. Paralelamente, desenvolveu-se o evolucionismo social, que marcou o desenvolvimento da Antropologia. Seus principais representantes foram Lewis Henry Morgan, James George Frazer e Edward Burnett Tylor. Dessa forma, tendo a tecnologia como guia, o desenvolvimento humano passou a ser interpretado a partir de estágios escalonares, tal como em uma pirâmide composta pela selvageria, barbárie e civilização. Esse desenvolvimento defendido pelos evolucionistas, partindo de bases pré-concebidas influenciou também outras correntes, como por exemplo, o Positivismo de Auguste Comte. Todavia, Schwarcz (1996) destaca que o evolucionismo, enquanto paradigma da época reafirmou a “noção iluminista da humanidade una e inquebrantável” (SCHWARCZ, 1996, p. 8) no contexto de discussões entre poligenistas e monogenistas que procuravam descobrir a origem da humanidade.

Autores como Arthur de Gobineau (1853) e Gustave Le Bon (1894) recuperam as teorias de Darwin defendendo o caráter essencial das raças, dando origem aos chamados darwinistas ou deterministas sociais que passaram a “qualificar a diferença e a transformá-la em objeto de estudo, em objeto de ciência” (SCHWARCZ 1996, p. 8). Devido à ênfase dada

---

<sup>6</sup> Esta obra de Herbert Spencer faz parte do grande conjunto de publicações dos anos de 1850 a 1890 denominada de “Sistema de Filosofia Sintética”, entre os treze volumes encontram-se: Primeiros Princípios, Princípios de Biologia (2 vol.), Princípios de Psicologia (2 vol.), Princípios de Sociologia (5 vol.) e Ensaios (3 vol.).

em suas teorias, esses autores estavam divididos entre aqueles que privilegiavam o geográfico e aqueles que priorizavam a raça. Para Schwarcz,

Longe do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kid (1875) acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de "tipos puros" e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. (SCHWARCZ 1996, p. 9).

Essas discussões sobre as raças culminaram em um discurso político que buscava solucionar a submissão ou eliminação das “raças inferiores”, convertendo-se “em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, como foi o caso da eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (SCHWARCZ, 1996, p. 10).

A ciência eugênica foi criada por Francis Galton, na Inglaterra do decorrer das últimas décadas do século XIX, era aplicada para explicar a noção de que a capacidade humana dependia da hereditariedade e pouco da educação. Dessa forma, verifica-se que o conceito de evolução primeiramente utilizado com os evolucionistas para apagar diferenças, ao longo das apropriações realizadas pelos darwinistas sociais tornou-se um elemento de reforço para as oposições.

Transpostas para a América e respaldando-se na ciência, essas teorias foram reapropriadas e serviram para consolidar a ideia de inferioridade natural das nações latino-americanas<sup>7</sup>. Dessa forma, chegou-se ao entendimento de que a mistura das raças era um traço que condenava a nação a desacompanhar o progresso da Europa.

Com o passar do tempo, o continente europeu como modelo a ser reproduzido pelos os demais países passou a ser questionado. Nesse contexto, uma nova geração de intelectuais emergiu rejeitando as tradicionais interpretações sobre o Brasil, principalmente em relação à composição racial e ao futuro da nação (SOUZA, 2008, p. 160). Porém, vale ressaltar que na busca de uma interpretação que possibilitasse a construção de uma nova identidade nacional, prosseguiu a vinculação com as teorias advindas da Europa. Conforme Skidmore (2012), o mesmo discurso que expunha a ideologia da inferioridade mestiça também defendeu a miscigenação como meio de absorção das “raças” consideradas “inferiores”, como anunciado pela propagada teoria do branqueamento.

---

<sup>7</sup> É preciso ressaltar que o termo América Latina foi construído e moldado em diferentes contextos históricos. Pode-se destacar Leslie Bethell como um dos principais autores que se preocupou em tratar da historicização desse conceito, especialmente na obra *História da América Latina de 1870 a 1930*, publicado em 2001, e no artigo *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Estudos Históricos, publicado em 2009.

Como destacou Ventura (1991; 2000), os intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX incorporaram em seus discursos os modelos europeus na tentativa de interpretar a raça e a cultura brasileira, agregando os ideários naturalistas, positivistas e evolucionistas. O racismo científico foi amplamente aceito por políticos e escritores, órgãos de imprensa e instituições de ensino e pesquisa. Esse racismo era uma forma da elite letrada se diferenciar das massas cujas culturas e religiões eram consideradas atrasadas. No Brasil, o posicionamento dos intelectuais sobre esse assunto não foi homogêneo. Schwarcz salientou que os intelectuais brasileiros não adotaram esses modelos de forma imediata, mas pensavam que “uma nação de raças mistas, como a nossa, era inviável e estava fadada ao fracasso” (SCHWARCZ, 1996, p. 12). Desse modo, alguns grupos apoiaram-se na educação enquanto elemento de diferenciação, como por exemplo, Azevedo Amaral (1929), enquanto outros aderiram às ideias dos teóricos da raça que “não apenas reforçavam as variações ontológicas entre os grupos, como condenavam sumariamente a miscigenação”.

Segundo Ventura (2000), com o advento da República no Brasil, “os letrados brasileiros se mostraram divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu” (VENTURA, 2000, p. 331). Ao mesmo tempo em que adotavam teorias de inferioridade das raças não brancas, buscavam a identidade brasileira no tipo mestiço. Conforme salientado por Schwarcz, desde 1870 as teorias raciais passaram a ser adotadas no Brasil principalmente nas instituições de pesquisa e de ensino. A autora destaca a realização de uma seleção de modelos, comprovada pela insistência de “tradução de autores darwinistas sociais que, destacavam o caráter essencial das raças e, sobretudo, o lado nefasto da miscigenação” (SCHWARCZ, 1996, p.11).

### **A questão racial no Brasil: literatos e homens da ciência**

A temática racial estava sendo explorada desde o Império, a partir do movimento romântico que elencou o índio como símbolo da identidade nacional. Com o advento do Realismo em 1870, os autores modificaram seus discursos e passaram a destacar os perigos da miscigenação. Essas questões suscitaram a preocupação com o devir nacional. Por isso, foi necessário readequar partes das teorias e criar um modelo racial próprio. É nesse contexto que a questão racial no Brasil foi retomada, levando-se em consideração, como já mencionado por Schwarcz, que alguns dos prestigiados autores defensores das teorias raciais no Brasil, não eram muito conhecidos em seus países de origem. A autora parte desse argumento para

mostrar que as teorias incorporadas em nosso país não foram meras cópias, mas passaram antes por um processo de seleção e readaptação, dessa forma, “raça aparece como um conceito, ao mesmo tempo que negociado, em contínua construção” (SCHWARCZ, 1996, p. 13).

Ortiz (2006) discutiu as diferentes concepções da identidade nacional e da cultura brasileira. Quando o autor abordou o tema da autenticidade da cultura brasileira, evidenciou que pouco interessava a discussão da falsidade ou veracidade da mesma, pois para ele a identidade é uma construção simbólica de vários grupos distintos, não possuindo por isso uma homogeneidade que a caracterize. Para Ortiz “não resta dúvida de que o estudo dos escritores do século XIX demonstra a existência de um pensamento autóctone, brasileiro, contrariando a tese da simples cópia das ideias estrangeiras” (ORTIZ, 2006, p. 9). Ele critica, por exemplo, a tese de Manoel Bomfim ([1903], 2000) em relação à submissão dos intelectuais brasileiros em importar e aceitar, sem crítica, ideias que supostamente nos mantinham humilhados, como é o caso da inferioridade racial. Ortiz evidenciou a existência de “uma defasagem entre o tempo de maturação das teorias raciais (e suas vulgarizações) e o momento em que os intelectuais brasileiros escrevem” (ORTIZ, 2006, p. 9). Essa defasagem é um dos pontos da tese de Ortiz que foi criticada pelos estudiosos, mas sendo essa questão de ampla discussão, não trataremos dela neste trabalho.

Entre os autores brasileiros que abordaram a temática da mestiçagem, pode-se destacar Nina Rodrigues (1935), que apresentando um determinismo científico e racial viu a miscigenação como sinônimo de atraso e degeneração e Sílvio Romero, que encarou o branqueamento como solução para regenerar as “raças inferiores”, integradas e extintas pela mistura progressiva. Provém desse pensamento, por exemplo, o incentivo à imigração, vista como elemento catalisador do processo de branqueamento. Sílvio Romero modificou seu pensamento e passou a enxergar a mistura de raças como uma desvantagem, pois os mestiços sempre seriam inferiores às raças puras, por isso o autor passou a aceitar as teorias arianistas. Muitos intelectuais brasileiros interpretaram a mestiçagem como uma ameaça à civilização devido aos seus riscos de degeneração e esterilidade. Vale ressaltar outros autores que possuíram igual importância nesse debate, como por exemplo, Euclides da Cunha (1966), Eduardo Prado (2003), Joaquim Nabuco (1911; 2001; 2003; 2006) e José de Alencar (2013), o qual junto com Sílvio Romero (1906; 1954) inaugurou “os mitos de identidade nacional baseados na fusão e na integração de raças e culturas, que marcariam a cultura brasileira moderna” (VENTURA, 2000, p. 357). Sílvio Romero e Manoel Bomfim serviram de base

para outros importantes intérpretes do Brasil, tais como Oliveira Vianna (1956, 1959), Gilberto Freyre (2011), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Júnior (2010).

Nina Rodrigues apresentou pesquisas etnográficas até então inéditas. Descreveu uma série de práticas culturais de populações negras no Brasil, reunindo dados retirados de fontes escritas e orais sobre “os últimos africanos no Brasil”. Foi um dos primeiros autores brasileiros a colocar a problemática do negro como uma questão fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Seu parâmetro de análise científica baseou-se na ciência positivista: “observação documentada, minuciosa e severa”, realizada com “isenção e imparcialidade”. Contudo, seu enfoque nos valores culturais, folclore, línguas, religiões, festas populares e mitologia orientou-se pelo determinismo biológico presente nas teorias raciais do final do século XIX.

A forma do sentimento religioso dos negros baianos, a persistência do fetichismo africano e da liturgia foi concebida como produto da “incapacidade psíquica das raças inferiores para as elevadas abstrações do monoteísmo” (RODRIGUES, 1935, p.13) – propensos à sugestão, sonambulismo e histeria. Nas análises de Nina Rodrigues, raça não era um conceito questionado devido à influência das teorias raciais de Gobineau, as quais apresentavam a inferioridade das raças negras como produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões.

Nina Rodrigues defendia que a igualdade racial era falsa, que só existia na mão dos juristas, porque sem ela não haveria lei.<sup>8</sup> Dessa maneira, propôs um Código Criminal diferente para negros e brancos – capacidades diversas exigiriam leis diversas. Para o autor, o problema do negro provinha do clima tropical que espantava o branco, de uma mestiçagem irrestrita e da incapacidade de progredir oriunda do português. Nina Rodrigues, defendeu o branqueamento com ressalvas, tendo em vista que o produto da mestiçagem entre raças antagônicas seria imprevisível. Além disso, ele avaliou a possibilidade de evolução e civilização dos negros como um processo longo, mas que nunca poderia atingir o patamar dos brancos. Neste sentido, observa-se que sua abordagem se assemelha às teses eugenistas do século XX<sup>9</sup>, na proposição de um branqueamento progressivo da população através da imigração europeia, tendo na mestiçagem o instrumento para o processo civilizatório. Também implica a possibilidade da futura oposição entre Norte (mestiço, indolente e subserviente) e Sul (onde o clima e civilização eliminarão a raça negra) no Brasil.

---

<sup>8</sup> Essa era justamente a base do Direito Natural Moderno.

<sup>9</sup> Em se tratando de século XX, no Brasil o discurso eugênico diferenciou-se das teses eugênicas do século XIX ao buscar, para alguns intelectuais, a solução do branqueamento via o processo de mestiçagem.

Conforme Carvalho (2013), neste contexto houve um crescente número de intelectuais vinculados às faculdades de medicina e direito que se intitulavam “homens da ciência”, os quais defendiam ideias de melhoramento racial, acreditavam que este estava diretamente vinculado à ideia de progresso. Esses movimentos institucionalizaram-se no país a partir da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada pelo médico Renato Kehl, em 1917. Menos de uma década depois, foi fundada a Sociedade Brasileira de Higiene, composta por membros, em sua maioria, pertencentes ao departamento de Saúde Pública e a outras instituições da área. Renato Kehl distinguia os campos de maneira que à higiene caberia o desenvolvimento de propostas para a melhoria das condições do meio e dos indivíduos, enquanto que à prática eugênica – intermediária entre higiene social e medicina prática - competiria o favorecimento dos fatores sociais de tendência seletiva, ou seja, na multiplicação de indivíduos aptos à sociedade.

### **As concepções raciais de Manoel Bomfim e dos Eugenistas Brasileiros**

As ideias contidas na obra *A América Latina: males de origem*, escrita em 1903 e publicada em 1905, cuja autoria é do político, historiador, médico e educador Manoel Bomfim<sup>10</sup> (1903), constituíram, segundo Reis (2006), uma teoria da história do Brasil e da América Latina. Nela o autor procurou estabelecer uma descrição do caráter nacional, remetendo à formação econômica e social do Brasil e da América Latina desde o início da colonização luso-espanhola. As heranças históricas, o parasitismo, o conservantismo, a ignorância, o atraso, a espoliação, a inferioridade das raças, os emigrantes e a educação são alguns dos principais temas de sua tese.

No pensamento de Bomfim encontra-se uma perspectiva de crítica à história do Brasil e a indicação de uma possibilidade de futuro que remete a uma concepção aberta do tempo, por meio da qual os determinismos são refutados. Suas ideias de tom nacionalista e passional demonstram as conturbações instauradas em sua época e através delas podem ser obtidas preciosas informações dos mais diversos campos, tais como cultura, sociedade, política e economia na América Latina e no Velho Mundo.

Nessa obra, Bomfim apresentou diversas referências aos conceitos lançados por importantes figuras em voga no século XIX, como Comte (1972; 2005a; 2005b; 2005c), Darwin (1859) e Spencer (1864). Em relação a essas influências, Ortiz (2006) destacou que

---

<sup>10</sup> A escrita do nome desse intelectual aparece de diferentes formas na historiografia, partindo da dúvida deixada pelo próprio autor. Assim, nesse trabalho optamos pela referência “Manoel Bomfim”.



Manoel Bomfim “se aproximava algumas vezes do positivismo dukheimiano, cuja inspiração se encontra na teoria biológica social desenvolvida por Augusto Comte” (ORTIZ, 2006, p. 22). Para alguns autores, como Paredes (2011), sua defesa em relação à transmissão de caracteres adquiridos dos colonizadores para os colonizados, demonstra uma influência neolamarckista em seu pensamento. Todavia, para interpretação desses autores, Bomfim priorizou uma direção que destoa daquelas oferecidas por alguns de seus colegas: apesar dele ter utilizado em seu texto metáforas biológicas, ele realizou críticas à aplicação corrente do evolucionismo proposto por Darwin pelos sociólogos e censurou a absorção da ideia de inferioridade das raças pelos intelectuais da época. Para Cancelli (2004), ao mesmo tempo em que Bomfim abusou das metáforas biológicas, também soube opor-se veementemente às correntes conservadoras do evolucionismo biológico.

Mas um dos pontos centrais de seus argumentos residia no contraponto que estabelecera com as correntes conservadoras do evolucionismo biológico, em particular com Gustave Le Bon, que justificava a intervenção e a conquista sobre a América Latina partindo do suposto de que a supremacia de raças europeias superiores poderia resolver o caos americano e o exotismo presente no constante afã revolucionário das repúblicas sul americanas. Bomfim contra-atacava, dizendo que os países latino-americanos haviam herdado um Estado que “existe para fazer o mal”. (CANCELLI, 2004, p. 122-123).

Ao analisar a obra *América Latina: Males de Origem*, Ortiz (2006) destacou que o livro retoma a mesma preocupação referente à questão nacional de autores como Sívio Romero (1906), Euclides da Cunha (1966) e Nina Rodrigues (1935), porém as reflexões bomfinianas contrastaram com o retrato da nação construído pelos demais intelectuais devido a sua “visão internacionalista”. Dessa forma, quando Bomfim pensou sobre a questão nacional, de forma indissociável, abarcou a América Latina e a Europa. Ele realizou essas conexões especialmente quando buscou esclarecer as questões-problemas das relações entre nações hegemônicas e nações dependentes e seus impactos no atraso latino-americano.

A noção de doença, definida por Bomfim como uma inadaptação do organismo a certas condições especiais foi fundamental para explicar o atraso nacional. As analogias biológicas levaram esse intelectual a construir sua teoria do parasitismo social, na qual as relações entre colonizador e colonizado equivalem às relações entre parasita e parasitado.

Quanto à influência da mestiçagem, Bomfim salientou que para alguns etnologistas, o cruzamento entre raças diferentes daria origem a “raças inferiores”, fato que poderia ser observado nas nações sul-americanas. Mas para Bomfim essa ideia não possuía nenhuma comprovação científica. Segundo Candido (1995), “ele afirma que o que se atribui de

negativo ao índio e ao negro é na verdade fruto de circunstâncias histórico-sociais, não étnicas” (CANDIDO, 1995, p. 286).

Considerando que as hipóteses dos problemas causados pela mestiçagem decorriam das observações dos cruzamentos entre animais de espécies diferentes, Bomfim sustentou que “não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 811-812). Por conseguinte, não seria admissível que ocorresse algum tipo de regressão moral ou intelectual nos povos mestiços. Muitos dos defeitos relegados aos mestiços deviam-se mais a pouca educação que receberam do que ao seu caráter. Cancelli (2004) destacou a ideia de Bomfim quanto à possibilidade de que todas as raças sejam civilizadas:

Toda a sua análise tinha como pressuposto que o essencial era saber o valor absoluto de cada uma das raças e se elas seriam ou não passíveis de serem civilizadas. A aposta era a de que todas as raças poderiam progredir se devidamente educadas pelo trabalho, pela ciência e pela igualdade. Mais ainda, que mesmo não tendo a hulha, apontada por Bomfim como riqueza fundamental para a aplicação dos conhecimentos científicos na industrialização, este conhecimento das características positivas de todas as raças, com uma futura intervenção em sua psicologia, era passível de apontar na direção da construção um novo homem (assunto, aliás, caríssimo tanto aos modernistas quanto aos governos totalitários do séc. XX). (CANCELLI, 2004, p. 125).

Cancelli (2004) lembrou que para Bomfim nem a raça nem o meio foram fatores determinantes, visto que uma raça não era superior à outra. Na tese bomfiniana estão expostas diversas passagens afirmando, existirem, na verdade, sociedades mais civilizadas que outras ou com uma cultura mais elevada.

Como já dito, a teoria da inferioridade das raças diz que há “superiores” e “inferiores” e que estes não poderão jamais alcançar o mesmo grau de cultura que os demais, sendo por isso, incapazes de governarem-se. Segundo Bomfim, o resultado da aplicação dessa teoria foi o seguinte: “vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores” (BOMFIM, [1903], 2000, p.798). Essa teoria tornava-se falha na medida em que não satisfeitos em dominar os povos ditos “inferiores”, os europeus competiam entre si e tentavam um dominar o outro. Mesmo assim, diversos sociólogos, assim como a ciência antropológica e a biologia manifestaram-se a favor da mesma, fundamentados nos seguintes argumentos:

1) que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral

tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial. (BOMFIM, [1903], 2000, p. 801).

Na concepção de Bomfim, como base para o primeiro argumento foi utilizado erroneamente à teoria evolucionista de Darwin, pois este nunca pretendeu que a lei da seleção natural fosse aplicada aos seres humanos. Em relação à luta pela vida, Paredes (2011) afirmou que para Bomfim a luta “não se dá *na* natureza (como em Darwin), mas, numa perspectiva colada no ideário hegeliano, esta luta dá-se *contra* a natureza, no sentido de, com os instrumentos da razão, superar os condicionamentos naturais” (PAREDES, 2011, p. 209). O próprio Bomfim deixou claro sua interpretação da teoria darwinista: para ele, a luta pela vida em termos darwinistas não remete ao sentido de combate corpo a corpo, mas sim ao esforço para conservar e propagar a vida. Por isso, não seria correto transpor os conflitos do reino animal para os homens. Suas condições são completamente desiguais e isto seria um desvio da verdadeira teoria de Darwin.

Bomfim afirmou que “não é só tolice ou má-fé, senão também calúnia, equiparar os conflitos dos animais inferiores entre si aos dos seres humanos uns com os outros; é uma deturpação grosseira e imoral da teoria de Darwin” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 808). O autor alegou que, caso continuassem a tentar aproximar os conflitos dos homens com os dos animais (seres inferiores) e interpretá-los com os mesmos parâmetros, seria necessário colocar os “homens nas mesmas condições de igualdade em que lutam as feras e as bestas” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 806). Para Bomfim, a equiparação entre os animais e os seres humanos constituía uma contradição, pois ao mesmo em que os sociólogos desejavam o progresso do homem, ao realizar tais comparações, eles estariam colocando os homens em um patamar de condições animais. Ele ainda destacou que o papel do homem seria o de conquistar a natureza e não de entregar-se à brutalidade das feras.

Na época de Bomfim era senso comum enxergar os fortes e exterminadores como superiores. Sendo assim, entendia-se que os massacres e combates ofereciam condições de efetivação do progresso, por isso a luta entre os homens era necessária para aperfeiçoar a humanidade. Bomfim posicionou-se contra essa ideia e afirmou que nem sempre os mais perfeitos vencem. Para ele, na disputa entre os grupos e indivíduos nascem ou se reforçam os sentimentos que perturbam e embaraçam o progresso. Essas lutas estimulariam os instintos egoísticos, visto por ele como um obstáculo ao desenvolvimento das virtudes sociais, como a justiça e a fraternidade.

Quanto à influência da mestiçagem, Bomfim afirmou que alguns etnologistas defendiam os efeitos regressivos dos cruzamentos, ou seja, que o cruzamento entre as raças

permitia a formação de populações inferiores em qualquer uma das raças progenitoras. Esse entendimento foi utilizado para interpretar a situação das nações sul-americanas, que padeceriam pelo fato de possuírem mestiços. Bomfim rebateu essas ideias e colocou em dúvida a suposta influência perniciosa da mestiçagem. Tais analogias se justificam pelo argumento de que esses cruzamentos fariam aparecer alguns caracteres considerados como ancestrais e regressivos, mas para Bomfim isso não era possível visto que esses caracteres só apareceriam em cruzamentos de espécies totalmente diferentes, resultando em híbridos. Em suma, Bomfim não aceitava a ideia de que o mestiço pudesse apresentar alguma regressão moral ou intelectual, pois esse tipo de cruzamento não ocorria entre espécies diferentes, mas sim entre raças diversas.

Para muitos, o cruzamento entre as raças era o fator que justificava a instabilidade das nações da América do Sul, mas não para Bomfim. Ele se opôs, argumentando que bastava conhecer a história dessas nações para descobrir que essas causas decorriam da política e das condições históricas da colonização e não da raça. Por isso, ele declarava que os defeitos e virtudes dos mestiços provinham da herança e da educação recebida.

Segundo Bomfim, os mestiços eram acusados pelos brancos de cruéis, pérfidos, indolentes, indisciplinados, imprevidentes e preguiçosos, mas esses defeitos não eram exclusivos deles e pertenciam, no geral, às populações latinas da América. Comparando-se o mestiço com o branco, Bomfim declarou:

Só não é cavalheiroso o proceder do “branco”, do senhor, que, muita vez, explora a ignorância e a bravura do mestiço, fazendo o instrumento das suas vinganças. Matam, esfaqueiam em luta franca; não torturam a vítima, nem profanam o cadáver. Apesar de quantos defeitos lhes emprestam, as sociedades em que vivem, se impõem ao amor de quem as conheça, porque não existe nelas essas lutas baixas, vis e repugnantes, pelo interesse estreito e pela feroz avidez. [...] Não são maus; são violentos, reflexos, espontâneos – por incultos e ignorantes; falta-lhes a inibição superior, fruto da educação. (BOMFIM, [1903], 2000, p. 816-817).

Bomfim afirma que os povos ibéricos influenciaram de maneira predominante na fisionomia moral e intelectual nas novas sociedades, mas também os negros e índios tiveram seu papel nessa constituição, porém de uma forma bem mais reduzida do que se costumava pensar. O autor aponta duas características para esse fato, sendo a primeira que:

[...] os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos, e os imitavam. Estes povos primitivos se distinguem, justamente, por um conjunto de qualidades negativas – inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado etc., à proporção que progridam, a civilização irá enchendo estes quadros vazios. Vem daí a sua grande adaptabilidade

a qualquer condição de vida (de vida, e não de morte – como essas que se ofereciam aos negros e índios escravizados). Por isso, misturadas a outros povos, a influência que exercem estas raças é uma influência antes renovadora que diretriz. Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irreduzíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de idéias novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. [...] ao misturarem-se com outras gentes, já caracterizadas e fixas, as raças rudimentares e maleáveis lhes transmitem uma certa dose de “receptibilidade” moral, quebra-lhes um pouco essa dureza de caráter social, facilitando-lhes um renovamento, um progresso mais rápido. Quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir, principalmente se lhes são em opostas; o influxo das idéias e sentimentos irá pouco a pouco modificando o caráter primitivo, e, no fim de um certo número de gerações, o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco – bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro. (BOMFIM, [1903], 2000, p. 791-792)

A segunda característica apela para o fato de negros e índios não terem a mesma liberdade que os brancos, na verdade, para Bomfim eles não possuíam liberdade alguma. Por isso eram forçados a ignorarem seu caráter e adaptarem-se aos modelos impostos pelos povos ibéricos. Os negros e índios seriam povos dotados de “inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 791-792), adaptando-se a qualquer condição de vida. Por isso, uma das principais características que herdamos deles seria a renovação. Para o autor, pode-se dizer que mais absorveram as qualidades dos mais cultos (ibéricos) do que transmitiram as suas, aliás, esses traços foram desaparecendo com o passar das gerações. Das qualidades dos africanos, Bomfim destacou principalmente a efetividade passiva e dócil, entre os defeitos, a submissão, a frouxidão da vontade, etc. Os indígenas por sua vez, possuíam como qualidades o amor pela liberdade e a coragem física e como defeitos a instabilidade intelectual decorrente de seu espírito imaturo, o desinteresse e a indolência. Todos esses defeitos, para Bomfim, podem ser corrigidos pela educação.

A partir da ideia de superioridade algumas nações sobre outras, os negros africanos, negróides e malaios da Oceania, foram declarados “inferiores” pela Europa e pelos Estados Unidos por supostamente estarem em um estado social inferior irreduzível. Assim justificava-se a colonização de suas terras por parte das grandes nações. Para Bomfim, essas concepções até apresentariam certa lógica se em suas explorações os europeus só se deparassem com esses com os negros, índios e malaios. “A teoria não deixaria de ser falsa e imoral, mas não seria inconsequente, se eles não competissem também entre si, e se, lá mesmo na Europa, não pretendessem dominar uns aos outros” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 798). Seria exatamente esse ponto que denunciava os absurdos dessa teoria.

Quanto à inferioridade dessas raças, Bomfim diz que pouco importa saber as qualidades de negros e índios, o fundamental seria saber seu potencial para o progresso, se

podem ser civilizados ou não. A teoria da inferioridade das raças para Bomfim seria uma hipócrita ferramenta utilizada pelos mais fortes para explorar os mais fracos. Bomfim questiona essa teoria ao proferir: “Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” (BOMFIM, [1903], 2000, p. 796).

Nesse debate, de modo paralelo, no auge dos avanços científicos, das concepções positivistas e das legitimações identitárias dos Estados-nações, emergia frente à “sobrevivência do mais apto”<sup>11</sup>, o conceito de eugenia. A partir deste, ocorreu o desenvolvimento de ações de promoção à ingerência humana para aceleração do processo de seleção natural. Noções de progresso e evolucionismo social caminharam simultaneamente através das ressignificações das teorias de evolução das espécies aplicadas às relações humanas.

É nesse contexto que Galton (1892) se destacou. O objetivo de seus trabalhos era encorajar o nascimento de indivíduos mais eminentes ou capazes e desencorajar o nascimento dos supostamente não adaptáveis à sociedade desejada. Ele desenvolveu a ciência eugênica afirmando que os seres humanos, assim como os animais, podiam ser aperfeiçoados por seleção artificial. Por esse caráter, a mulher tinha um papel fundamental na eugenia enquanto responsável, através da reprodução, pelo melhoramento social.

Sobre a questão de gênero no debate eugênico, segundo Carvalho (2013), acerca de alguns paradoxos que podem ser gerados na propagação da eugenia, existiam três grandes problemas: um de ordem biológica, outro de feição moral e por fim um problema social. Para o intelectual, o problema biológico já estaria sendo resolvido, embora parcialmente, em matéria de hereditariedade.

Desta maneira, na prática eugênica, a reprodução caracterizou-se como um mecanismo do dispositivo da sexualidade, tornando-se uma ação controlada por seus agentes, buscou-se substituir o mistério que envolvia o surgimento de um novo indivíduo pela certeza científica do surgimento de um organismo cujas características seriam pré-estabelecidas. Tratando a biopolítica e o biopoder <sup>12</sup>como uma forma de intervenção no fazer viver e na maneira de

---

<sup>11</sup> Termo aplicado por Herbert Spencer ao principal conceito expresso na obra “*A Origem das Espécies*” de Charles Darwin. Em suas teorias Spencer aprimorou as ideias de Darwin, aplicando as “leis da evolução” à espécie humana e seus caracteres biológicos e sociais.

<sup>12</sup> Apesar dos termos biopolítica e biopoder terem sido empregados anteriormente por intelectuais, biólogos e eugenistas, utiliza-se os conceitos na compreensão foucaultiana de que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo.

viver, a partir do discurso eugênico têm-se as delimitações dos padrões de normalidade de definições do ser no mundo.

Neste sentido, a família e a maternidade tornaram-se discursos periféricos, porém, intrínsecos ao “ser mulher” e seu dever patriótico. A mulher torna-se um corpo inteligível, pois as significações atribuídas ao feminino aferem-lhe um único sentido: mulher-mãe, sentido do qual a maternidade revela sua razão de ser. Deste modo, a regulamentação da procriação, as leis que gerem os corpos femininos, a normatização dos comportamentos, conotam a noção de “instinto materno” e a ênfase na importância dada à instituição família enquanto mecanismo de construção dos corpos. Pode-se perceber que a imagem negativa da “mãe” é a mulher nervosa, sem controle, sem limites, promíscua, uma vez perdida sua função e seu funcionamento específico de reprodutora. Em alguns países eram construídos locais afastados para as mães solteiras de boa genética terem sua gestação e parto longe da crítica moral da sociedade, como um método de eugenia positiva que estimulava a procriação.

A tese eugênica tinha como princípio uma seleção artificial que visava o aperfeiçoamento da raça humana<sup>13</sup> por meio da escolha dos progenitores. Neste sentido, a eugenia fundamentava-se no estudo da hereditariedade. No Brasil, tal debate ganhou força nas primeiras décadas do século XX, com a fundação da Sociedade Eugênica em São Paulo (1917), e posteriormente, com seu atrelamento às políticas de saneamento e à Liga de Higiene Mental (1923). Incluindo nomes como Renato Kehl (1929), Roquette Pinto (1929) e Azevedo Amaral (1929), o discurso eugênico defendia a necessidade de eliminação ou regeneração do que era considerado um entrave para o desenvolvimento do país. Para esses intelectuais a mistura das raças compunha o “ser brasileiro”.

*O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, constituiu-se num marco para os eugenistas brasileiros, pois foram abordados inúmeros aspectos da problemática eugênica, mostrando as ideias correntes sobre o tema naquela época. [...] O Congresso não estava aberto apenas para os médicos, mas também a profissionais das mais diversas áreas (tais como, sociólogos, jornalistas e educadores), o que demonstra uma tentativa de alargar o debate em torno do tema visto então como algo de interesse coletivo, pois remeteria diretamente ao futuro da nação. (MACIEL, 1999, p. 134-135).*

No Brasil, utilizando-se do discurso científico europeu, buscou-se validar a hierarquização das ditas raças que compunham a sociedade brasileira ocasionando um processo que Schwarcz (1996) denominou de naturalização das diferenças, em sua análise das

---

Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1997, p. 80).

<sup>13</sup> O conceito de raça no período servia de legitimação para hierarquização da sociedade com base nas diferenças de características genéticas ou fenotípicas e psicológicas da população humana.

teorias raciais que compunham o quadro intelectual a partir da segunda metade do século XIX.

No período, tais movimentos possuíam uma importância significativa para um restrito círculo intelectual formado, em sua maioria, por médicos e juristas, por essa razão esses movimentos não podem ser classificados como populares. Para Renato Kehl (1929) a higiene incumbia o desenvolvimento de propostas para a melhoria das condições do meio e dos indivíduos, enquanto à prática eugênica – intermediária entre higiene social e medicina prática – competia o favorecimento dos fatores sociais de tendência seletiva dos indivíduos aptos à sociedade.

No Brasil, a ciência eugênica tinha por objetivo melhorar e regenerar a raça, que no período era apontada como a principal causa do atraso do país frente aos processos de progresso do capitalismo e do que se compreendia por sociedade desenvolvida. Para Kehl, a pretensão da eugenia era “regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade”. Nesse aspecto, a biopolítica eugênica visava o controle, sobretudo, da constituição biológica do indivíduo através do controle de reprodução, o que refletia diretamente sobre os casamentos. Dessa forma alguns matrimônios eram evitados como forma de prevenir a proliferação dos degenerados.

O vínculo entre as medidas sanitaristas estreitava-se a partir da preocupação em tornar o Brasil uma grande nação. Pode-se dizer que a articulação entre os projetos de “limpeza” da sociedade foi tanta, que se passou a compreender a eugenia como parte do processo higienista, em outras palavras, a eugênica passou a ser compreendida como “higiene biológica e mental”.

No processo de construção da nação, naturalizaram-se as hierarquias raciais e sociais as quais destacaram os traços de exclusão nas políticas de imigração e colonização. Essas práticas perduraram por algumas décadas, considerando que no debate intelectual sobre a constituição identitária do Brasil, esta deveria ser constituída pelo gradual branqueamento da sociedade, ou seja, a partir da supressão do mestiço pelo branco. Os demais imigrantes eram vistos pejorativamente nesse processo.

A idealizada identidade nacional tornou-se um paradoxo ao ser analisada através de seus constituintes. O emprego do modelo europeu ocidental, com intuito de civilizar os trópicos e a utilização do imigrante para branquear a população brasileira, contradiz-se com a tentativa de afastar-se da barbárie instituída no continente europeu após a Primeira Guerra Mundial. Como colocado por Souza (2008), o movimento eugênico com sua gênese em São Paulo na década de 1910, surge paralelamente a um crescente movimento nacionalista.



Nesse período, devido à degradante realidade social constituída pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, grande parte da elite intelectual brasileira passou a direcionar seu olhar para dentro do seu próprio país, já que o modelo de sociedade civilizada representada pela Europa desmoralizava-se em meio à barbárie. As fortes tonalidades nacionalistas desse período enfatizavam a necessidade de construção de um “olhar” capaz de visualizar o país de modo distinto do Velho Mundo. Calcados numa “força nativa”, os intelectuais visavam reconfigurar a consciência nacional como meio de “redescobrir” as especificidades que formavam a nação brasileira. (SOUZA, 2008, p. 151-152).

A maneira como esses sujeitos pensaram sua sociedade em meio à crise da construção da nação está refletida nas *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* (1929) e nos tipos antropológicos ideais nele elencados para representar o brasileiro. Não bastava ser branco, também era necessário corresponder às expectativas de saúde, moral e comportamentos condizentes com o perfil eugênico. Desta forma, contribui-se para a marginalização de diversos grupos sociais que reivindicaram seu espaço no país.

A partir dessa análise percebe-se que o quadro de indesejáveis para a composição da sociedade, para além do determinismo racial, abarcou igualmente os indivíduos que apresentavam sintomas de uso de tóxicos como álcool, morfina, cocaína (substâncias presentes no cotidiano de grande parte da população do período e que, ao serem consumidos, provocavam mudanças de comportamento).

Também era considerada inapta qualquer pessoa que apresentasse estados atípicos de degeneração ou perturbações psíquicas como delírio, paranoia, psicose, manias, depressão, esclerose, culminando no acúmulo de pessoas em manicômios devido aos diagnósticos imprecisos. Indivíduos portadores de sífilis, por exemplo, eram considerados um mal a ser combatido com urgência, pois, além do quadro clínico, apresentavam características de depravação moral. Tendo como parâmetro os seres indesejáveis, dever-se-ia impossibilitá-los de gerar descendentes, visto que estes carregariam em seus caracteres a tendência aos mesmos vícios e “defeitos”. Desta forma, planejava-se constituir um futuro mais “limpo” em aspectos de beleza física, social e moral.

Assim, cabe buscar quem foram esses sujeitos na história do pensamento científico e político do período e como eles atribuíram sentido ao contexto em que viviam. No país, a perspectiva eugênica sempre apresentou o caráter de busca por modernidade cultural. Sendo assim debater sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, aspectos que possibilitavam retirar o Brasil do estigma de atraso civilizacional.

Ratifica-se, o fato de que essas teses não formaram no país um conjunto homogêneo, mas sim apresentaram diferentes concepções dentro do mesmo grupo de intelectuais. Durante a década de 1920, segundo Souza (2008), os pressupostos eugênicos tornaram-se mais

radicais, principalmente pelos eugenistas “liderados” por Renato Kehl. Dividindo, então, o grupo de intelectuais eugenistas brasileiros em duas tendências, uma de caráter mais autoritário e racista e, outra, em consonância com o modelo de eugenia que enfatizava o poder da higiene, da educação e da “miscigenação eugênica” como meio para estabilizar o vigor racial do homem brasileiro (SOUZA, 2008, p. 111). Para os que seguiam a primeira diretriz, como é possível perceber na obra de Renato Kehl, a “mestiçagem” apresentava-se como um elemento “perturbador” da formação nacional (SOUZA, 2008, p. 163)

Para Kehl, a educação até poderia engrandecer algumas qualidades, porém restringia outras, podendo oferecer um verniz que disfarçava as más características morais. Ele ressaltou a importância do processo educativo e do progresso biológico por meio da eugenia para garantir o progresso social. Kehl trás como exemplo, os Estados Unidos e seu alto nível de violência, apesar das campanhas contra o analfabetismo serem levadas tão a sério pelo governo e instituições. Para ele isso ocorre devido ao forte fluxo imigratório que o país hospedou em sua constituição. Sobre sua perspectiva de Brasil, o autor coloca em sua conferência:

Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimistas, - otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, no congregar sob a bandeira de um ideal em comum, para torna-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, - regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza, - dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto de terra. (KEHL, 1929, p. 58).

Neste sentido, o discurso eugênico apresenta-se como um instrumento de superação do atraso nacional, propondo modificações nos indivíduos e no ambiente social no processo de construção da identidade nacional. O nacionalismo, desta forma, apresenta-se como um horizonte de expectativa para esse grupo de intelectuais respaldados na legitimidade científica do período, na qual se defendia a pureza e o melhoramento das “raças”.

### **Considerações Finais**

Deve-se ter em mente que a função de um discurso constituinte de uma identidade nacional é tecer uma unidade, apesar das divergências de seus membros em termos de classe, gênero ou raça, para que, assim, através de símbolos, possa representá-los como todos pertencentes a uma mesma nação. Neste sentido, observa-se que a maioria das nações provém de culturas distintas e dispersas que só foram unificadas por um longo processo de disputas,

domínios e submissões culturais. Manifestadas através de conexões a lugares ou símbolos, as identidades nacionais representam um vínculo de pertencimento que estão constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 107-108).

A partir de representações de perfis do brasileiro ideal, sobre o mundo social e sua transformação, foram elaboradas alternativas e modelos para civilizar o país. Na proposta de transformação da sociedade como condição para o progresso, as discussões em torno da questão racial mobilizaram setores importantes da intelectualidade brasileira. As ideias de Manoel Bomfim e de Renato Kehl demonstram as conturbações instauradas em sua época, suas preocupações são na verdade um esforço de interpretar a sociedade, de esclarecer suas novas configurações a fim de definir uma identidade para a nação. Tanto no discurso eugênico como na análise de Bomfim a raça apresenta-se como um elemento essencial para compreensão do “eu” nacional, constituído a partir das oposições entre os fenótipos das populações.

Dessa maneira, pode-se concluir também que os sentidos atribuídos aos corpos são uma invenção social que superestima um dado cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do “ser mulher” ou mesmo da raça. De fato, grandes números de análises dedicaram-se sobre as esferas do privado e do público, enquanto domínios de exclusão ou de pertencimento. Por este aspecto, a instituição do casamento tanto no civil quanto no religioso, assim como a maternidade, aparecem como elementos constitutivos do “ser mulher” enquanto lugar ideal do feminino. A reprodução em algumas teses demonstra-se como algo que deve ser mecânico, longe dos preceitos do romantismo, mas, ainda assim, a ternura e o manto do estereótipo do “instinto materno” inerente a toda mulher de verdade, é celebrado e desejado como padrões moralizadores da sociedade a partir da instituição da família. Desta forma, as funções corporais biológicas regem as relações simbólicas e sociais que homem e mulher devem ter perante a sociedade e à pátria. Assim, a representação social do ser humano se dá pelos corpos definidos por um sexo biológico, dando-lhes um lugar e funções: privado, esposa e mãe para as mulheres; público, marido e provedor do lar para os homens.

Pautados fundamentalmente nos princípios biológicos Manoel Bomfim e Renato Kehl destacam-se por trazerem à tona elementos biológicos, psicológicos, morais, sociais, culturais e econômicos que constituíram a nação e o caráter de seus povos. Esses autores elaboraram uma filosofia da história a fim de diagnosticar os males que ameaçam o progresso da nação, conquistar o *status* de civilização na nação e encontrar caminhos para superar a situação de atraso e degeneração apontada.

Pode-se observar que embora apresentando um pessimismo quanto à situação do passado e do presente nacional, as projeções para o futuro apresentam um aspecto otimista fundamentado na possibilidade de progresso obtido pela higiene, pela educação, pelo trabalho e por melhores condições sociais e econômicas da população. Conquistado esse grau regeneração, a nação poderia ser considerada evoluída.

## Referências

- ALENCAR, José de. *Iracema*. [recurso eletrônico] – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- AMARAL, Antônio José de Azevedo. O Problema Eugênico da Imigração. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 327-342.
- ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- BOMFIM, Manuel. A América Latina: males de Origem. (1903). IN: SANTIAGO Silviano. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p.626-895.
- CANCELLI, Elizabeth. A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho. *História* (online). 2004, vol.23, n. 1-2, pp. 111-132.
- CANDIDO, Antonio. Os brasileiros e a nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, Cap. 23, pp.130-139, pp.35-58.
- \_\_\_\_\_. Radicalismos. In: *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 265-291.
- CARVALHO, Joice Anne A. *O Discurso Sobre o “Ser Mulher” e Seus Outros na Construção do Projeto de Brasil Eugênico (1910-1940)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Representações da mulher nas Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia – 1929*. 2013. 58f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Centro de Ciências Sociais e Humanas - Curso de História - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2013.
- COMTE. Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. In: *Os pensadores. Comte*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Discurso preliminar sobre o conjunto do Positivismo. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. In: *Os pensadores. Comte*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 2005b.

\_\_\_\_\_. Catecismo positivista. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. In: *Os pensadores. Comte*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 2005c.

\_\_\_\_\_. *Opúsculo de filosofia social: 1819-1828*. Tradução de Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

CUNHA, Euclides da, Os sertões. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, vol. II, 1966.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies e a seleção natural*. Portugal: Planeta Vivo, UPTEC – PMAR, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª. ed. São Paulo, SP: Global, 2011

GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. London. 1892. Disponível em: <<http://galton.org>>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Tomaz Tadeu SILVA (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]; 26ª. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

KEHL, Renato. A Eugenia no Brasil. In: *Actas do Congresso, Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 45-51.

LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt.)* 1ª Ed. Rio de Janeiro. Livreiro-Editor. H. Garnier, 1907.

MACIEL, Maria Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. Anos, 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

MACIEL, Renata Baldin. *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

\_\_\_\_\_. *América enferma: do flagelo à redenção – uma leitura da obra “América Latina – Males de Origem”, de Manoel Bomfim*. 56f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Centro de Ciências Sociais e Humanas - Curso de História - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2013.

NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco – *Diários - 1849-1910*. Edição de texto, prefácios e notas: Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

\_\_\_\_\_. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Tradução de Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Editor Benjamin Aguila, 1911.

\_\_\_\_\_. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal. Coleção Biblioteca Brasileira, Edições do Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal. Coleção Biblioteca Brasileira, Edições do Senado Federal – Vol. 7, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo. (Orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal. Coleção Biblioteca Brasileira, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 21ª. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2010.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2000.

PINTO, E. Roquette. Notas sobre os typos antropológicos do Brasil. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 119-147.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 181-231.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. *O que é Etnocentrismo*. 11ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

RODRIGUES, R. N. (1935). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Romero, S. *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, 1ª ed. Porto: Chardron, 1906.

\_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, Tomo V, 1954.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Revista Afro-Ásia, n. 18, 1996, p. 77-101.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. As Teorias Raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O Contexto Brasileiro. In: *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Francisco Thiago. *A exceção e a regra: tentativas de inserção do negro na sociedade brasileira*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-excecao-e-a-regra-tentaivas-de-insercao-do-negro-na-sociedade-brasileira/66967/#ixzz2l0nvUyzH>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução Donaldson M. Garschagen; prefácio Lilia Moritz Schwarcz. — 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920*. Revista Brasileira de História e Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008.

\_\_\_\_\_, *As Ideias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras*. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11- UFGD – Dourados – jan/jun 2012.

SPENCER, Herbert. *The Principles of Biology*. vol I. London, 1864. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=3yYCAAAAQAAJ&printsec=frontcover&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=3yYCAAAAQAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 18 de maio de 2013.

STEPAN, Nancy Leys, *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.*

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

\_\_\_\_\_, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.